

# Os lucros e as taxas de juros

por Alaor Barbosa  
do Rio

O semestre passado foi muito próspero para os bancos brasileiros, não só pela excelente rentabilidade alcançada no período como também devido a uma série de decisões importantes que afetaram o comportamento do sistema de maneira profunda nos próximos anos.

Os balanços já publicados referentes ao semestre mostram ganhos substanciais. No caso dos bancos de investimento, por exemplo, houve acréscimo real no patrimônio líquido consolidado das 38 dessas instituições existentes no País de 11,88%, em relação a dezembro do ano passado, segundo dados coletados pela própria Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid).

Entre os bancos comerciais, foram poucos os que registraram incremento no seu lucro líquido no semestre passado, em relação a igual período de 1980, em ritmo inferior à evolução dos preços. Alguns deles, tiveram aumento extremamente significativo, crescendo cerca de 500% ou mais.

Os banqueiros não negam

que as condições foram favoráveis à contabilização de lucros. Afinal, o governo reduziu a oferta, estabelecendo limites quantitativos de crédito, e liberou os preços de uma mercadoria sabidamente escassa. Com isso o diferencial entre as taxas de captação e empréstimos atingiu níveis jamais registrados na história recente brasileira não raro ultrapassando os 40%. Os banqueiros alegam apenas que não são os responsáveis diretos por essa situação, lançando a responsabilidade na política econômica de "estabilização" imposta pelo governo.

Por outro lado, tanto o presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), Theóphilo de Azeredo Santos, quanto da Anbid, Ary Waddington, realçam que os ganhos atuais são meras reposições das perdas incorridas no ano passado, quando imperou o tabelamento nas taxas de juros. Os dois dirigentes de classe consideram também que o governo não tinha outra alternativa a não ser impor uma política monetária e fiscal rígida para o controle das contas externas e da inflação. "Isso só se faz com juros altos", disse Azeredo



Theóphilo de Azeredo Santos

Santos. "Eu não conheço experiências bem-sucedidas de combate à inflação que não tenham implicado elevação dos juros", enfatizou.

Mas, além das discussões em torno da lucratividade dos bancos envolvendo as principais entidades de classe interessadas (indústria, comércio e os próprios bancos), ocorreram outros fatores importantes relativos ao sistema bancário no semestre passado. A entrada de novos empresários no setor e o programa do Banco Central de concessão de novas cartas patentes estão nesse caso.

Em poucos meses foram diversos os negócios envolvendo controle de bancos comerciais, após anos sem mudanças de controle acionário no setor, o que ilustra o desejo de ingresso de novos empresários no ramo. O Rio Grande do Sul, por exemplo, conseguiu dois novos bancos, com a entrada dos grupos Iochpe e Habita-sul no sistema. O Unibanco adquiriu o Banco Mineiro e o empresário Nagib Nahas comprou o Banco Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, enquanto Matias Machline (Sharp/Valbrás) completou o seu conglomerado financeiro com o Banco Lavra. Houve negócios até com o pequeno Aplik, do presidente da Fenaban, que agora conta com a participação da Brasilinterpart, comandada por José Papa Júnior.

Foi também implementado o programa de novas cartas patentes de agências bancárias e a definição de uma política oficial em favor dos bancos regionais e de menor porte no semestre passado. Desde meados da década de 70, os bancos comerciais estavam proibidos de abrir novas agências, à exceção das chamadas pioneiras. Em termos operacionais, houve intenso uso por parte do sistema de recursos externos, que foi a principal fonte de recursos para suas aplicações. Assim é que, de acordo com o Banco Central, dos Cr\$ 850 bilhões de novos empréstimos concedidos pelos bancos comerciais a principal fonte foi o repasse através do mecanismo da Resolução nº 63, com um total de Cr\$ 296,5 bilhões no semestre passado (quase 35%). Em seguida, vieram os repasses de instituições financeiras oficiais, com Cr\$ 215 bilhões (25,3%) e só em terceiro lugar apareceram os depósitos a vista, com acréscimo de Cr\$ 148,8 bilhões no fluxo de recursos (17,5%). Outra fonte foi a arrecadação de impostos e tributos com Cr\$ 105,1 bilhões (12,37%) e, por último, os depósitos a prazo com Cr\$ 84,7 bilhões (9,96%).

Para essa segunda metade do ano os banqueiros estão prevendo ligeira redução na sua rentabilidade por operação, devido aos menores "spreads" (diferencial entre captação e aplicação), mas que será amplamente compensada por maior volume de empréstimos. O limite imposto pelo Banco Central para empréstimos em cruzeiros será o dobro do autorizado para a primeira metade do ano, quando ficou em 15% sobre o saldo de dezembro passado.

A demanda por novos recursos, no entanto, reduziu-se drasticamente nesses últimos meses devido ao desaquecimento econômico, o que torna o mercado menos desfavorável ao tomador. O presidente da Anbid, por exemplo, está prevendo um crescimento industrial negativo para essa metade do ano, em comparação com igual período de 1980, o que vai implicar menor necessidade de recursos para o giro dos negócios. Há, inclusive, grande sobra de dólares atualmente devido à falta de tomadores.